



Instituto
de Pesquisa
Ambiental
da Amazônia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES IPAM

2013 2014

1 2 3

A Amazônia tem passado por um processo de globalização em que várias políticas públicas são implementadas para acabar com o desmatamento. Para hoje mantermos este saldo de perda de florestas com o aumento da renda das populações, num cenário de mudanças climáticas, as populações locais precisam se adaptar mais a estes fenômenos e os governos locais inserirem nas agendas a pauta ambiental. Para convergir os objetivos e as ações do IPAM de maneira efetiva, era preciso reformular a atuação da instituição.

O novo ordenamento estratégico do IPAM é emergente, pois expressa nesta constelação um claro esforço para tornar as ações mais transversais ao conjunto de projetos, com intenção de circular informações e experiências entre distintas ações.

Uma análise da característica da organização em constelações permite concluir que todas se configuram como mediações no sentido de apoiar o alcance de determinado resultado. Em outras palavras, elas não compõem uma questão finalística em si ou ponto de chegada a ser alcançado em determinado período de tempo.

Ao estruturar o trabalho da instituição em quatro pilares, destacam-se três objetivos presentes na representação das ações estratégicas dos IPAM por nível geográfico:

- 1. Desenvolver e promover um caminho que nos leve a um desenvolvimento com baixa emissão de gases de efeito estufa nos trópicos, por meio de valorização econômica de ações de conservação florestal, aliada à produção sustentável de alimentos e à gestão de recursos naturais.**
- 2. Apoiar e contribuir para a construção dos caminhos para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC).**
- 3. Fomentar a transição para um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa.**

Independente da mudança estratégica no escopo do trabalho da instituição, as atividades realizadas em 2013 e 2014 incorporaram a missão e os objetivos da mesma maneira.



EIXOS ESTRATÉGICOS

No contexto amazônico, estamos em situação cada vez mais grave devido a mudanças do clima. Temos observado eventos extremos na Amazônia que colocam em risco não só a questão ambiental, mas o direito social. Há um crescente número de evidências relacionando o desmatamento com o desequilíbrio hídrico em São Paulo. Era estimado que eventos climáticos extremos como os ocorridos em 2014 seriam observados apenas em 2050. Por mais que tenhamos avançado no combate ao desmatamento e no desenvolvimento do uso sustentável de recursos naturais, estamos num contexto que não se previa ou mesmo que se imaginava.

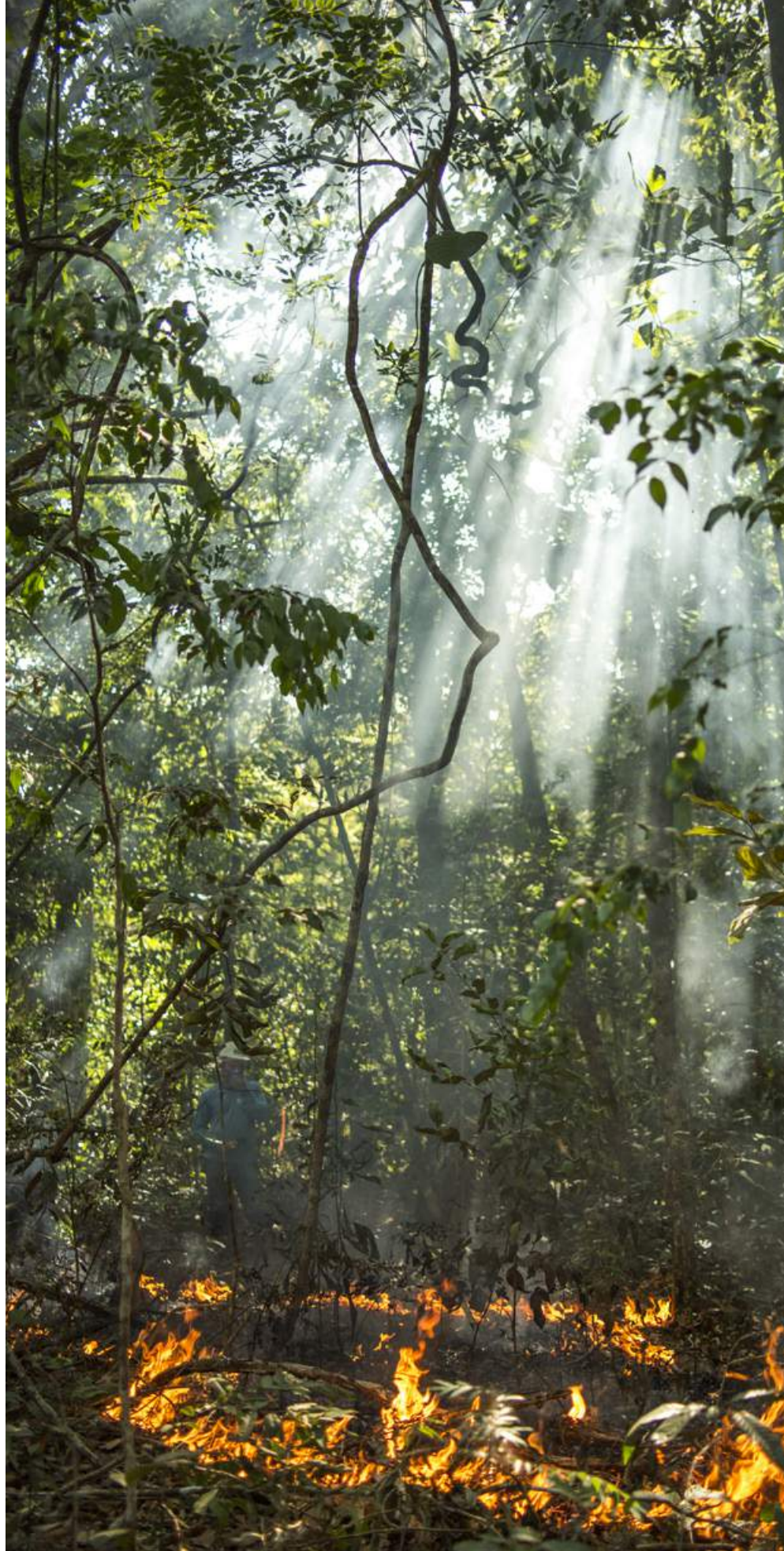
A grande contribuição histórica e futura do IPAM deve ser como reduzir este problema e como lidar com ele, além de continuar na criação de novos mecanismos de governança, de finanças, mapeamento e redução da vulnerabilidade e coordenação de uma produção sustentável e biodiversa. O IPAM acredita que para a região amazônica realmente se desenvolver em toda a sua capacidade econômica, social e ecológica, é necessário ter uma gestão ambiental integral. Isso compreende um processo de governança bem estruturado, com representantes de grupos e setores bem informados, que incorporem a temática sobre meio ambiente nas suas agendas políticas e criem estratégias sustentáveis em conjunto.

O processo de planejamento e avaliação em desenvolvimento pelo IPAM a partir da lógica de eixos estratégicos é inspirado na abordagem da Teoria de Mudança. Ou seja, o planejamento começa com a definição das grandes mudanças que a organização deseja ver realizadas na sociedade ao final do período de planejamento – no caso do IPAM, 2024. A aplicação deste novo método de trabalho do IPAM se dará a partir da lógica dos eixos estratégicos.

Cada eixo da nova estratégia de trabalho do IPAM integra a visão macro da instituição projetada para 2024, que está intrinsecamente direcionada ao trabalho na área não urbana da Amazônia gerida sob regimes de proteção, manejo de recursos naturais e produção que garantam a conservação da biodiversidade, os direitos socioeconômicos das populações residentes e o controle da vulnerabilidade socioambiental às mudanças climáticas.

Os chamados quatro “Eixos Estratégicos” são classificados por: (i) Vulnerabilidade socioambiental (ii) Produção Sustentável; (iii) Incentivos econômicos; e (iv) Governança socioambiental.

Além da visão 2024, cada eixo é definido pelos seus temas específicos que definem suas metas a serem alcançadas até 2020. As mesmas orientam a gestão e a participação dos envolvidos nas várias ações, denominada “Iniciativas”.



EIXO ESTRATÉGICO

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O IPAM confirmou nas suas atividades nos últimos dois anos, 2013 e 2014, que os impactos das mudanças climáticas se diferenciam entre os biomas brasileiros e na sociedade em geral. Entretanto, para as regiões onde grande parte da comunidade é formada por pessoas e lugares que estão expostos à exclusão social, à falta de infraestrutura, políticas públicas e recursos, as alterações climáticas podem ser avassaladoras e irreversíveis.

Este eixo estratégico considera em sua visão para 2024, que a sociedade e os governos trabalhem juntos na redução e na identificação das ameaças climáticas e antrópicas, aos recursos naturais e às populações da Amazônia nas regiões de atuação da instituição, ajudando a identificá-las, monitorá-las e controlá-las.

As metas a serem alcançadas até 2020 neste eixo estão pautadas nas tomadas de decisão relacionadas ao Plano Nacional de Adaptação qualificado e monitorado quanto à vulnerabilidade socioambiental, como também no desenvolvimento e operacionalização de mecanismos para o controle social qualificado quanto à vulnerabilidade socioambiental do Plano Nacional de Adaptação em operação. Outra meta são os mecanismos de análise de vulnerabilidade socioambiental integrada aos requerimentos de licenciamento ambiental de obras de infraestrutura do governo federal. No sentido de identificação as pesquisas serão destinadas: às principais ameaças e limiares de vulnerabilidade nos ambientes terrestres e aquáticos de atuação do IPAM; ao reconhecimento de pelo menos 20% das áreas não destinadas na fronteira da Amazônia reservadas para uso sustentável e conservação (áreas protegidas); e no mínimo 50% das terras indígenas e das unidades de conservação com planos de adaptação às mudanças climáticas em fase de implantação. Este eixo também foca na distinção dos mecanismos de análise de vulnerabilidade socioambiental integrados aos requerimentos de licenciamento ambiental de obras de infraestrutura do governo federal.

As iniciativas trabalhadas em 2013 e 2014 que traçaram e alcançaram características das metas propostas por este eixo estratégico foram:

DESENVOLVIMENTO DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS PARA A IMPORTÂNCIA DOS POVOS INDÍGENAS E SEUS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O que é: oferecer e disponibilizar informações que servem de subsídios para que representantes indígenas, organizações indígenas e/ou indigenistas atuem com mais incidência na definição e implementação das políticas públicas e acordos internacionais para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Áreas de atuação: bacia amazônica.

Atividades: a iniciativa atua para que as lideranças indígenas aumentem o entendimento sobre o tema e a dinâmica dos debates e de tomada de decisões que envolvam a construção de cada uma destas políticas relacionadas a mudanças climáticas. As atividades são focadas para que seja produzido um conjunto de informações técnicas/científicas avaliando o papel das terras indígenas na manutenção do equilíbrio climático e na conservação florestal. Também é feita a avaliação por meio de estudos técnicos, as vulnerabilidades dos povos indígenas e seus territórios à mudança do clima, ao desmatamento e a identificação dos fundamentos e elementos para a construção de um plano de adaptação indígena à mudança do clima. A equipe busca meios e mecanismos financeiros para que se promova tal adaptação e a manutenção do modo de vida das populações frente às alterações climáticas previstas.

Destaques em 2014:

O núcleo indígena realizou 3 módulos de formação, com 30 representantes indígenas e servidores da Funai, com o tema “As mudanças climáticas sob o olhar dos povos indígenas do Brasil”, contemplando lideranças indígenas de todos os biomas brasileiros, em parceria com APIB, Funai e TNC. Representantes indígenas tiveram incentivos para participarem dos fóruns internacionais sobre mudanças climáticas (ex: COP/UNFCCC). A equipe desenvolveu uma plataforma web com foco nos territórios indígenas: Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena - SOMAI.

Equipe: Fernanda Bortolotto, Martha Fellows, Caroline Nóbrega, Isabel Mesquita (consultora), Demian Nery e Paulo Moutinho.

Financiadores: Embaixada da Noruega e USAID.

Parcerias: FUNAI, COIAB, APIB e COICA.

PROJETO TANGURO

O que é: a pesquisa realiza desde 2004 queimadas controladas em três áreas de maneiras diferenciadas: uma área intacta, outra com queima a cada ano e outra a cada três anos. O objetivo é analisar os efeitos da mudança no uso da terra para a “saúde” dos sistemas naturais da região.

Áreas de atuação: Querência e Canaramá (MT).

Destaques em 2013 e 2014:

A iniciativa viabilizou a construção e a montagem de novas torres de fluxo em conjunto com o Instituto Max Planck. Novos projetos foram elaborados para trabalhos com o Carnegie Institution. A equipe desenvolveu várias publicações e artigos em revistas internacionais. Foi implementado o uso do EPI entre os funcionários de campo e pesquisadores visitantes, seguindo os padrões de segurança. O projeto teve a visita de 11 estudantes (UNB, UFG, USP, Brown, Minnesota, Penn State), 3 cursos de campo no ano e um grande aumento de visitantes.

Equipe: Paulo Brando, Wanderley Rocha da Silva, Adilson Ribeiro Coelho e Claudinei Oliveira dos Santos.

Parcerias: Max Planck Institut.

Financiadores: Max Planck Institut, Gordon and Betty Moore Foundation, National Science Foundation – NSF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Carnegie Institution of Washington.

FOTO: NA LATA

EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO: ANÁLISE DO PROGRAMA TERRA LEGAL NO COMBATE AO DESMATAMENTO

Regiões de atuação: Amazônia Legal e os estudos de caso qualitativos em Mato Grosso e Pará.

O que é: os estudos do IPAM buscam compreender como Programa Terra Legal do governo federal altera a lógica de desmatamento na Amazônia Legal em terras públicas federais não-destinadas. O objetivo é entender se de fato a hipótese de que a segurança jurídica sobre a propriedade da terra melhora de fato o comportamento ambiental do produtor rural.

Destaques em 2014:

Realização dos primeiros contatos com os gestores do programa. A equipe precisou revisar a literatura sobre o tema. Os estudos sobre o programa foram desenvolvidos e o desenho da pesquisa. Obtenção e teste dos dados georreferenciados do programa em uma análise preliminar identificando algumas tendências.

Equipe: Andrea Azevedo, Tiago Reis e Marcelo Stabile.

Colaboradores: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Parcerias: órgão gestor do programa - Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL) e com auxílio aos métodos de análise estatística da UFMG.

Financiadores: Gordon and Betty Moore Foundation.

FOTO: THIAGO FORESTI/IPAM

FERRAMENTAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO (SOMAI, SIMPAS, CCAL)

SISTEMA DE OBSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA INDÍGENA - SOMAI

www.somai.org

Regiões de atuação: Amazônia brasileira.

O que é: o SOMAI (Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena) é uma plataforma online, contendo dados de pesquisa científica que reforçam o papel dos territórios e populações indígenas amazônicos para a manutenção do equilíbrio climático regional e global. Utilizando dados sobre anomalias climáticas e desmatamentos históricos, o SOMAI proporciona um banco geográfico que permite gerar indicadores sobre as terras indígenas mais expostas a eventos extremos de precipitação e temperatura, apoiando um sistema de consulta e monitoramento.

Objetivo geral: compilar informações científicas e dados técnicos em uma plataforma online, que seja de fácil acesso para representantes indígenas e tomadores de decisão.

Objetivo específico: subsidiar a participação de representantes indígenas e indigenistas em negociações sobre o clima e ampliar a resposta destes atores aos desafios climáticos e ambientais da Amazônia. Além disso, este instrumento pode ser uma importante ferramenta para o planejamento de ações de adaptação dos povos indígenas frente às mudanças climáticas previstas.

Destaques em 2013 e 2014:

A ferramenta SOMAI é uma inovação para a gestão de áreas protegidas. A equipe apresentou a plataforma na COP20 no Peru em um evento paralelo. Novas parcerias estão sendo firmadas para avançar com a ferramenta.

Equipe: Ane Alencar, Derlli Piontekowski, Isabel Castro, Felipe Resque, Diego Pinheiro, Fernanda Bortolotto, Martha Fellows, Caroline Nóbrega e Isabel Mesquita.

Parceria: FUNAI.

Financiadores: Embaixada da Noruega e USAID.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS PROPRIEDADES DO PROJETO ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - SIMPAS

www.simpas.ipam.org.br

Áreas de atuação: Pará

O que é: o SIMPAS é um Sistema de Monitoramento das Propriedades do Projeto Assentamento Sustentáveis da Amazônia - PAS. A ferramenta foi criada com objetivo de promover o monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e do uso da terra dos assentamentos e propriedades que estão associados a esse projeto.

Atividades: gerar relatórios com resultados temáticos por assentamento e por propriedade sobre a dinâmica de desmatamento, recuperação de área degradada, regeneração e potencial de regeneração florestal e uso do solo em geral, trazer facilidade no acompanhamento dos impactos da ação do Projeto Assentamentos Sustentáveis. A ferramenta dá mais agilidade na análise das informações ambientais e facilita no gerenciamento das informações geográficas dos assentamentos e propriedades etc.

Destaques em 2014:

Após o lançamento, a ferramenta mudou para uma plataforma web-Gis. Além disso, a equipe desenvolveu o formulário do Relatório do Plano de Uso dos Lotes dos Assentamentos e os prontuários de ATER da região identificada.

Parceria: Fundo Amazônia.

Financiadores: Gordon and Betty Moore Foundation.

Equipe: Ane Alencar, Derlli Piontekowski, Camila Balzani, Filipe Siqueira, Felipe Resque, Isa Alencar e Luiz Felipe.

FOTO: NA LATA

CALCULADORA DE CARBONO - CCAL

www.carboncal.org

Áreas de atuação: Amazônia Legal (foco em Mato Grosso e Acre).

O que é: o CCAL é uma calculadora de carbono que funciona em uma plataforma web, criada para apoiar os gestores públicos, principalmente àqueles ligados aos programas estaduais de REDD+, no desenvolvimento de estratégias de redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação florestal. O sistema tem como principal objetivo operacionalizar o monitoramento de carbono, incluindo estimativas rápidas de ganho e perda de estoque, emissões realizadas e evitadas e cálculos de níveis de referência (linhas de base).

Destaques em 2013 e 2014:

A partir das apresentações da ferramenta, novos Estados começaram a demonstrar interesse pela ferramenta, assim como o Peru. O CCAL se mostrou um elemento inovador para apoiar os programas estaduais de REDD. A ferramenta teve destaque em eventos paralelos na COP20 em Lima e conseguiu novas parcerias e ampliações em projetos.

Equipe: Ane Alencar, Derlli Piontekowski, Isabel Castro, Felipe Resque e Diego Pinheiro.

Parcerias: Earth Innovation Institute (EII) e The Woods Hole Research Center (WHRC).

Financiadores: Governors' Climate & Forests Task Force (GCF) e Gordon and Betty Moore Foundation.



EIXO ESTRATÉGICO

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

O Brasil nas últimas décadas, principalmente a Amazônia, demonstrou que com boas técnicas, informação e políticas públicas é possível reduzir as taxas de desmatamento. Além das ações de comando e controle, torna-se cada vez mais clara a necessidade de fortalecer atividades econômicas que combinem melhoria de renda, inclusão social e uso adequado dos recursos naturais existentes na região. As atividades do IPAM em 2013 e 2014 mostraram que a instituição tem uma grande participação na inclusão dos produtores rurais. A missão do IPAM não está somente voltada à ciência relacionada às vulnerabilidades socioambientais, mas sim em também estimular a produção sustentável, pois a mesma é fundamental para a saída da vulnerabilidade. Este eixo “Produção Sustentável” visiona para 2024 as práticas produtivas social, econômica e ambientalmente sustentáveis adotadas pelos produtores rurais de todas as escalas e populações tradicionais da Amazônia.

Dentro das suas metas o IPAM busca: contribuir para o acesso dos produtores beneficiários do PRONATER com acesso a 70% de crédito, 50% nos mercados institucionais e adotar 100% das boas práticas nos setores produtivos. Além disso, o IPAM objetiva nas suas atividades auxiliar com assistência técnica diferenciada uma boa parcela dos assentamentos da reforma agrária na Amazônia, onde já possui atuação, a adotarem abordagens e metodologias desenvolvidas pela instituição na implantação de assentamentos sustentáveis. Aqui estão temas relacionados à produção familiar e agregação de valor às cadeias produtivas; ao aumento da produtividade pecuária e o seu mercado sustentável; e ao desmatamento ilegal zero, extensão rural diferenciada.

As iniciativas trabalhadas em 2013 e 2014 dentro deste eixo estratégico foram:

PROJETO ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA - PAS

Regiões de atuação: Altamira, Itaituba e Santarém; Belém e Brasília.

O que é: o Projeto Assentamentos Sustentáveis opera no Oeste do Pará envolve quatro escritórios regionais do IPAM. O PAS ajuda na regularização ambiental e fundiária dos assentamentos de reforma agrária desta região, promove o aumento da produtividade e rentabilidade nas áreas já desmatadas com práticas sustentáveis e adequadas à realidade da agricultura familiar local, buscando, dessa maneira, reduzir o desmatamento. Além disso, um dos principais objetivos do projeto é o incremento de renda e qualidade de vida das famílias que moram nesses assentamentos.

Atividades: o PAS prevê aumentar para 1.300 lotes e 91.000 hectares de propriedades com Cadastro Ambiental Rural. A iniciativa também busca elevar a renda média das atividades econômicas em 30%, assim como aumentar para 90 hectares de área reflorestada com sistemas agroflorestais (SAF). Outra atividade dentro do escopo da iniciativa é estender para 900 hectares a área recuperada e utilizada para fins econômicos, elevar em 30% a renda bruta das atividades econômicas das famílias diretamente apoiadas, possibilitar a participação de 500 assentados nas atividades de disseminação do projeto e viabilizar a participação dos assentamentos em reunião nos conselhos municipais.

Destaques em 2013 e 2014:

O PAS conseguiu entregar 895 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) em 2013 e 2014. Além disso, foram desenvolvidos 2 Planos de Recuperação de Assentamentos (PA Cristalino II e PA Bom Jardim). Os beneficiários também participaram do seminário “Melhorias Produtivas no Oeste do Pará”. Foram elaborados o ATER e o plano de uso para 650 famílias. A equipe produziu três boletins informativos, chamados InfoPas. O projeto ainda concebeu o pagamento por serviços ambientais a 350 famílias na Transamazônica. A equipe realizou visitas de campo, um intercâmbio com 73 participantes e cursos de associativismo para associações. Foi fornecida infraestrutura básica para Associação CAAREAPA no PA Moju e a regularização ambiental dos lotes com a emissão de cerca de 1.300 Dispensas de Licença Ambiental.

Equipe do PAS

Escritório em Altamira: Lucimar Souza, Denise Reis Nascimento, Ana Paula Santos, Bruno Kempner, Bruno Pereira, Diego Oliveira Nascimento, Elielze Coelho, Wirislan Mardegan Xavier, Isaac Freitas, Antonio José Peixoto, Luis Felipe Martenexen e Lidiane Gama.

Escritório em Belém: Cássio Pereira, Rosana Costa, Felipe Resque e Isa Alencar.

Escritório em Brasília: Osvaldo Stella, Erika Pinto, Mauro Soave Jr., Camila Balzani e Daniela Moda.

Escritório em Itaituba: Edivan Carvalho, Edimilson Cloth e Antonio Glauco.

Escritório em Santarém: Alcilene Cardoso, Antonio José Bentes, Edson Cruz, Márcio dos Santos, Clenildo Batista e Gilvane Portela.

Administração: Zila Costa, Jesus Freitas, Luiz Rodrigo Silva, Thiago Camelo, Regeane Vieira e Gilvania Guimarães.

Colaborador: Prof. Antonio Cordeiro – UFRA.

Parceria: FVPP, INCRA.

Financiador: fundo Amazônia.

Apoio: Moore, Climate and Land Use Alliance, Fundação Ford, Fundo Amazônia.

FOTO: NA LATA



AÇÕES DO PAS PELAS REGIONAIS:

REGIONAL ALTAMIRA
REGIÕES DE ATUAÇÃO: PA BOM JARDIM.

O que é: a iniciativa realizada pela regional em Altamira dentro do PAS é buscar a transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono. A atividade visa a promover uma transformação da base produtiva dos assentamentos de reforma agrária da Amazônia, aumentando a rentabilidade das áreas já abertas e desta maneira contribuindo para a redução do desmatamento na região.

Destaques em 2013 e 2014:

A iniciativa promoveu a apropriação do PAS pelos assentados e suas organizações, por meio da apresentação em várias reuniões comunitárias e de colegiados municipais e regionais. A equipe articulou parcerias para otimizar atividades do projeto PAS no PA Bom Jardim: dentre estas, destacou-se a aproximação do Grupo de Trabalho do INCRA em Anapu (GT Anapu), que é o responsável pelo planejamento e execução das atividades do órgão na área do PA Bom Jardim. Foram mapeados as lideranças sociais dentro do PA e realizadas reuniões agrupando lideranças internas para discutir a situação do assentamento. Esta estratégia fez parte do processo de empoderamento social, num esforço para que as lideranças comecem a se reunir, discutir problemas e buscar soluções de forma conjunta para o assentamento, dentre eles, definir a estratégia de execução de outro projeto complementar ao PAS que prevê a estruturação de poços para disponibilizar água potável a famílias de assentados. O IPAM realizou também um curso de capacitação e teve a participação de 20 lideranças do PAS. As organizações locais se fortaleceram em reuniões interinstitucionais.

Equipe: Lucimar Souza, Denise Reis, Diego Nascimento, Ana Paula Cerqueira, Luís Felipe.

Parcerias em Altamira: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio; Casas Familiares de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio; Fetagri Transamazônica; prefeituras de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio; ASCRAN - Associação Comunitária Rural Anapuense; AGRIFCC – Associação dos Agricultores Familiares do Canoé e Cutiã; CIDS – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu.

Financiador: fundo Amazônia.

Apoio: Climate and Land Use Alliance, Gordon and Betty Moore Foundation e Fundação Ford.

REGIONAL ITAITUBA
REGIÕES DE ATUAÇÃO: PA CRISTALINO II

O que é: as atividades da regional em Itaituba estão relacionadas ao apoio e assessoria da articulação social territorial para propor, executar e realizar o controle social das políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar. A regional visa à transformação da Base Produtiva de Agricultores Familiares de áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia e áreas de colonização, conciliando conservação ambiental a melhoria nas condições socioeconômicas das famílias. Além disso, desenvolve capacidades locais para implantação de sistemas agroflorestais na área de abrangência da BR 163.

Destaques em 2013 e 2014:

O IPAM se tornou parceiro na realização da 1ª Feira da Agricultura Familiar do território da BR 163. Foram realizadas capacitações e implantações de unidades produtivas com Sistemas Agroflorestais em área de agricultura familiar. Conclusão e divulgação dos estudos de mercados e cadeias produtivas de sistemas integrados e da sociobiodiversidade. Inserção do debate na região sobre os procedimentos necessários para executar e acessar os programas PAA e PNAE aos agricultores familiares organizados e a gestores públicos municipais. Elaboração de Projetos Socioambientais para as entidades parceiras. Produção da versão preliminar do Plano de Recuperação e conclusão do diagnóstico Socioeconômico e ambiental do Projeto de Assentamento (PA) Cristalino II. Realização de Capacitações, intercâmbios e instalação de Unidades demonstrativas de atividades produtivas potenciais no PA Cristalino II e de ações de cidadania para acesso a serviços sociais no assentamento. Participação na elaboração da cartilha sobre Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Gestão Sustentável das Águas.

Equipe: Antônio Glauco, Edimilson Cloth, Edivan Carvalho, Marcelo Neres e Rosana Costa.

Colaboradores: Antônio Bentes e Stella Schons.

Parcerias: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aveiro, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rurópolis, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trairão; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Alto Tapajós; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá; Regional Alto Tapajós e BR 163; Associação de Mulheres do Areia II - AMA II; Associação de Mulheres Agricultoras e Artesãs do Município de Trairão; Associação dos Agricultores do Vale Verde; Associação de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Assentamento Cristalino II; Associação De Agricultores Familiares Da Comunidade Santa Inês PA Cristalino II; Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Cristalino II; Associação Comunitária de Santa Inês e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Financiadores: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)/ Projeto BR-163 GCP/BRA/070/EC, BNDES/Fundo Amazônia, Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR

REGIÕES DE ATUAÇÃO: MUNICÍPIOS DE PLACAS, URUARÁ, MEDICILÂNDIA, BRASIL NOVO, ANAPU, PACAJÁ, VITÓRIA DO XINGU E SENADOR JOSÉ PORFÍRIO.

O que é: o projeto visa a fomentar a produção de alimentos em áreas da agricultura familiar, selecionando e capacitando famílias interessadas. Além disso, oferece acompanhamento técnico e apoio às famílias no preparo das áreas para plantio, no escoamento e na comercialização do excedente de produção.

Destaques em 2013 e 2014:

Foram selecionadas mais de 240 famílias beneficiárias. O IPAM contratou cinco técnicos agropecuários. A equipe coletou amostras de solos para análise química e proporcionou assistência técnica às famílias. A iniciativa adquiriu calcário, adubo químico e sementes de milho. Estima-se uma produção de 525 toneladas de milho, além de outros produtos como abóbora, macaxeira, maxixe, pepino, quiabo e uma grande variedade de outros produtos que as famílias estão introduzindo nas áreas mecanizadas.

Parcerias: prefeituras de Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), governo do Estado do Pará e Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP).

Financiador: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).

FOTO: NA LATA

PROJETO NOSSA ÁGUA

REGIÕES DE ATUAÇÃO: PROJETOS DE ASSENTAMENTO (PA) MOJU I E II, NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS, O PA CRISTALINO II, NA BR-163, E O PA BOM JARDIM, NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA.

O que é: a atividade busca o acesso à água potável para 590 famílias de agricultores familiares. O projeto Nossa água atende ao objetivo principal do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água Para Todos) do governo federal, que busca promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para o consumo humano, visando ao desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Atividades: a iniciativa tem o objetivo de implantar 193 sistemas de abastecimento de água, individuais e coletivos, e instalar três sistemas experimentais de captação de água de chuva em escolas públicas de três assentamentos de reforma agrária da região oeste do Pará.

Destaques em 2013 e 2014:

A equipe realizou oficinas de gestão sustentável das águas para as famílias beneficiárias, e um vídeo foi realizado a partir da oficina realizada no PA Bom Jardim (disponível em <https://youtu.be/MmBPNW4ZG4Q>). Também instalou e fez a manutenção de sistemas de captação e tratamento de água de chuva, em parceria com a Universidade Federal do Pará. Foi realizado o diagnóstico da situação socioeconômica e de acesso à água das famílias selecionadas e apoio para o cadastramento das mesmas no CadUnico.

Equipe: Coordenação: Erika de Paula Pinto e Osvaldo Stella. Brasília: Camila Balzani, Mauro Soave e Simone Mazer. Santarém: Alcilene Cardoso, Antônio José, Clenildo Batista, Edson Cruz e Marcio Roberto. Itaituba: Antônio Glaucio, Edimilson Cloth, Edivan Carvalho e Rosana Costa. Altamira: Denise Reis do Nascimento, Edimilson Sousa, Isaac Freitas, Kleiton Sousa da Silva, Lidiane Gama, Maria Lucimar Souza, Rodrigo Santos, Reginaldo Rocha e Wirislan Mardegan Xavier.

Equipe administrativa: Daniela Moda, Luís Rodrigo, Marcos de Jesus Freitas e Mônica Santana.

Parcerias: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar), CAAREAPA (Central das Associações dos Assentados de Reforma Agrária do Estado do Pará), sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e diversas organizações de base.

Financiador: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Apoio: Projeto Assentamentos Sustentáveis da Amazônia/Fundo Amazônia

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO - FLORESTAS FAMILIARES

REGIÕES DE ATUAÇÃO: MUNICÍPIOS DE MOJUI DOS CAMPOS, BELTERRA E PLACAS, DENTRO DAS ÁREAS DO PA MOJU I E II E DO PDS IGARAPÉ DO ANTA.

O que é: desenvolvido na área do projeto de assentamento Moju I e II e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Igarapé do Anta, promove capacitações, fortalecimento institucional das organizações de assentados e de um sistema de monitoramento participativo.

Destaques em 2013 e 2014:

A iniciativa implementou um sistema de monitoramento participativo a partir de oficinas de capacitação de lideranças em metodologias e reuniões técnicas de práticas, além de cursos de capacitação de moradores em manejo florestal comunitário. A equipe participou de reuniões técnicas de estudo e adequação de contratos para exploração florestal entre comunidades e empresas madeireiras e preparou cursos de formação de lideranças e elaboração de documentos. Além disso, com as associações do PA Moju I e II e do PDS Igarapé do Anta, um colegiado de trabalho e acompanhamento do projeto foi formado. Reuniões com lideranças ajudaram nas coletas e análises dos indicadores de monitoramento participativo. Três cartilhas reuniram a experiência das comunidades com manejo florestal comunitário na Amazônia e a relação entre comunidade e empresas, produzida com base na experiência do projeto no PA Moju e do PDS Anta.

Equipe: Coordenação: David G. McGrath. Equipe: Antônio José Mota Bentes, Brenda Rúbia Gonçalves de Souza, Cristiane Mary Nunes do Nascimento, Diego Pinheiro, Elias Pinto Sá, Marcio Roberto Cunha dos Santos, Raimunda Lourdes da Silva Pinto e Stella Zucchetti Schons.

Colaborador: Mery Menton

Parcerias: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mojuí dos Campos e associações comunitárias.

Financiador: Fundação Moore

FOTO: THIAGO FORESTI/IPAM

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

REGIÕES DE ATUAÇÃO: MUNICÍPIOS DE SANTARÉM E AVEIRO, NO OESTE DO PARÁ.

O que é: as ações de assistência técnica e extensão rural (ATER) desenvolvidas pelo IPAM na Resex Tapajós-Arapiuns são voltadas a atender as 1.287 famílias de 22 comunidades extrativistas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo o planejamento, a execução e a avaliação dos processos de organização social, de implantação de atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas e processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social e o incremento da renda dessas famílias.

Destaques em 2013 e 2014:

Foram realizadas nove oficinas de apresentação do projeto e 936 visitas familiares para realização do diagnóstico socioeconômico e ambiental. A equipe também elaborou três oficinas de elaboração de diagnóstico dos polos e reuniões técnicas para implantação do plano de comercialização a ser realizado em 2016. Outras 518 visitas técnicas foram feitas para implantação do projeto de desenvolvimento produtivo, além de 15 oficinas para fortalecimento organizacional, seis sobre acesso a mercados diferenciados e 15 sobre boas práticas produtivas.

Equipe: Adelson Silva Coelho, Alcilene Magalhães Cardoso, Alex Gonçalves de Oliveira, Antônio José Mota Bentes, Joelson Pedroso Queiroz, Jonhson Pantoja dos Santos, Manoel Fernando Alves Junior, Marcio Roberto Cunha dos Santos, Maria da Luz Farias, Roberto Carlos Romero Pinedo e Vanderlan da Silva Santos.

Colaboradores: Klivia Luane do Nascimento e Maria Rosangela Amaral.

Parcerias: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Tapajoara – Associação representante dos moradores da Resex, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e associações comunitárias.

Financiador: INCRA



EIXO ESTRATÉGICO

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL

A construção de um aparato de governança envolve a integração de instituições e organizações em uma arena socioambiental. Assim, legislações e agências públicas interagem com sistemas de certificação e atores privados na busca de instrumentos de governança eficientes que possam estar em sintonia com legislações nacionais, acordos internacionais e sistemas de certificação privada. Não adianta trabalharmos somente com os movimentos sociais bem estruturados pressionando os órgãos públicos. Para o IPAM o governo também precisa responder a estas demandas e apoiar as iniciativas sustentáveis e inovadoras nessa transição do modelo antigo para o novo. Para o IPAM, alcançar seus objetivos vão além da sua atuação na “Vulnerabilidade Socioambiental” e na “Produção Sustentável”; é também extremamente importante articular com os gestores públicos e com a sociedade para se formar governanças capazes de garantirem um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

O terceiro eixo de atuação do IPAM visa a qualificar o poder público nos estados e municípios da Amazônia como também cooperar com a sociedade civil a possuírem instrumentos para participarem e monitorarem a gestão das políticas públicas socioambientais.

As atividades do IPAM realizadas nos últimos dois anos seguiram as metas estabelecidas para 2020. Uma delas é a análise das metodologias e os resultados de consórcios intermunicipais de direito público para gestão ambiental e de agricultura avaliados e divulgados em todos os Estados na Amazônia e o modelo implementado em cerca de cinco territórios. Outra meta aplicada foi o trabalho da instituição para as empresas privadas das cadeias de soja e carne incluírem em seus critérios a exigência do CAR e aderirem ao PRA, assim como nas contribuições para 705 dos estabelecimentos rurais privados na Amazônia terem os seus CAR validados. O IPAM também contribuiu e futuramente seguirá trabalhando para a metade dos estados da Amazônia ter os seus programas de estímulos à gestão socioambiental implementados e fortalecidos. Outra ação para fortalecimento da “Governança Socioambiental” está na efetivação dos projetos de assentamentos de reforma agrária com estratégias de cogestão em implementação.

As iniciativas trabalhadas em 2013 e 2014 dentro deste eixo estratégico foram:

MONITORAMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL: OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL - OCF

www.observatorioflorestal.org.br

Regiões de atuação: território brasileiro.

O que é: o IPAM faz parte da coordenação de um observatório criado em maio de 2013 por sete instituições da sociedade civil para monitorar a implementação da nova lei florestal (Lei Federal 12651/12) em todo o país, sobretudo o desempenho dos programas de regularização ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma a gerar dados e massa crítica que colaborem com a potencialização dos aspectos positivos da nova lei e a mitigação de seus aspectos negativos.

Atividades: promover o controle social sobre a implementação do código, garantindo a transparência ativa nos dados e informações, a efetiva implementação dos dois principais mecanismos (CAR e PRA), e a introdução de incentivos econômicos à implementação da legislação florestal, conforme descritos no artigo 41 da Lei 12.651/2012.

Destaques em 2013 e 2014:

O IPAM participou com o OCF em diversas audiências públicas, reuniões técnicas e políticas com o governo federal e alguns governos estaduais, assim como ajudou na coordenação de seminários e oficinas de discussão e construção de propostas para avançar a execução do código. O IPAM também viabilizou por meio do OCF publicações de estudos e análises sobre diferentes aspectos relacionados ao código, como a transparência de dados, incentivos econômicos e a implementação de mecanismos como o CAR, o PRA e a CRA. Contribuiu para qualificar o debate sobre o Código Florestal no Brasil, engajando diversos atores e mobilizando a sociedade para este debate.

Equipe: Andrea Azevedo e Tiago Reis.

Parcerias: WWF-Brasil, ICV, CI, TNC, Imaflora, Iniciativa Verde, ISA, SOS Mata Atlântica, BVRio, AMDA, Amigos da Terra, Apremavi, Associação Caatinga, Biofílica, BVRio, CSF, Grupo Gamba, Imaflora, Imazon, Iniciativa Verde, Instituto Planeta Verde, Proforest e Rede de Ongo da Mata Atlântica.

Financiadores: Climate and Land Use Alliance.

PLATAFORMA INDICAR

Regiões de atuação: Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará.

O que é: esta iniciativa tem como objetivo criar uma plataforma de indicadores e estudos que demonstrem os impactos das principais políticas públicas adotadas pelos estados amazônicos para prevenção e controle do desmatamento, reunidas nos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD).

Atividades: gerar dados e análises sobre o impacto das principais políticas de prevenção e controle do desmatamento a partir da criação e da execução de indicadores de impacto (Plataforma Indicar Estados), do estudo do impacto das políticas estruturantes utilizadas pelos estados e governo federal, e pela análise em campo da percepção de atores locais sobre o papel das políticas e órgãos públicos na abertura de novas áreas florestais.

Destaques em 2013 e 2014:

A iniciativa elaborou e validou os indicadores de impactos em conjunto com as comissões executivas dos planos estaduais. A equipe conseguiu incluir os indicadores de impacto no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso e ordenar os indicadores de impacto ao longo do processo de construção do plano do Pará. Das ações foram elaboradas um conjunto de Indicadores de impactos específicos para os PPCDs do AC, AM, MT e PA e outro conjunto de indicadores de impacto para o eixo de fomento do PPCDAm, além da plataforma online Indicar Estados em versão beta.

Equipe: Ana Carolina Crisostomo, Ane Alencar, Andrea Azevedo, Isabel Castro, Jarlene Gomes, Derlli Piontekowski, Edinusa Rodrigues, Ana Luisa Oliveira e André Gomes.

Consultores: Monika Ropper e Mauro Pires.

Parcerias: OEMAs e Comissão Executiva dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDs) dos estados envolvidos, MMA, NEAD-U-FPA e UFMG.

Financiadores: Gordon e Betty Moore Foundation e Climate and Land Use Alliance.

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL MUNICIPAL

FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL MUNICIPAL DO ACRE

Região de atuação: Acre.

O que é: o IPAM apoia o estado do Acre em sua agenda de fortalecimento da governança e gestão socioambiental municipal, com capacitação a fim de favorecer o planejamento ambiental estratégico de seus municípios, com acompanhamento sistemático da gestão ambiental local e com intercâmbios entre secretarias e instituições envolvidas em processos de fortalecimento da gestão socioambiental local semelhante aos dos municípios do Acre.

Atividades: capacitar os gestores na construção do planejamento estratégico e operativo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e apoiar a articulação das políticas municipais e estaduais de Meio Ambiente, para o fortalecimento da gestão ambiental e territorial nos municípios.

Destaques em 2014:

A iniciativa cooperou nos planos estratégicos e operativos da Secretaria de Meio Ambiente elaborados pelos municípios de Epitaciolândia, Plácido de Castro, Tarauacá e Mâncio Lima. A equipe disponibilizou informações especializadas das políticas estaduais, além das áreas protegidas e do desmatamento, para os municípios pelo Sistema de Apoio à Gestão Ambiental Municipal (SAGAM). O IPAM recebeu reconhecimento político dos gestores das secretarias e prefeitos pela elaboração de plano estratégico e iniciativa de captação de recursos para sua execução. O instituto promoveu o intercâmbio e o compartilhamento das experiências com outras iniciativas municipais, de Alta Floresta e Cotriguaçu (MT), e com organizações da sociedade civil que promovem capacitações para o fortalecimento da gestão socioambiental municipal pela Rede de Capacitações da Amazônia (RECAM).

Equipe: Ana Carolina Crisostomo, Andrea Azevedo, Ane Alencar, Derlli Piontekowski, Isabel Castro e Jarlene Gomes.

Consultora: Vângela Nascimento.

Parcerias: Secretaria de Meio Ambiente do Acre, Associação dos Municípios do Acre (AMAC) e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Financiadores: AVINA e Skoll Foundation

PARTICIPAÇÃO NA REDE DE CAPACITAÇÃO DA AMAZÔNIA (RECAM)

Região de atuação: Acre.

O que é: o IPAM participa da Rede de Capacitações da Amazônia desde 2013. Esta iniciativa é uma ferramenta colaborativa entre organizações que atuam na Amazônia brasileira de modo a promover e dar escala a iniciativas de gestão municipal sustentável, por meio da colaboração, da capacitação e do fortalecimento da governança socioambiental.

Destaques em 2013 e 2014:

O IPAM e outras instituições da RECAM participaram das oficinas promovidas pelo Projeto Fortalecimento da Gestão Socioambiental Municipal do Acre (FGAM). A equipe também esteve presente no curso promovido sobre metodologias de mediação para governança socioambiental municipal. A iniciativa foi apresentada no evento paralelo “Desarrollo resiliente en la Amazonia: estrategias prometedoras para dar escala a la gobernanza territorial” durante a 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20), em Lima, Peru, em parceria com a Articulación Regional Amazonica, Avina e Skoll Foundation.

Equipe: Ana Carolina Crisostomo, Andrea Azevedo e Jarlene Gomes.

Financiadores: AVINA e Skoll Foundation.

FOTO: THIAGO FORESTI/IPAM

APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES (PMV)

Região de atuação: Pará.

O que é: a iniciativa contribui para a construção de políticas públicas de regularização ambiental e fundiária e apoia o desenvolvimento sustentável em assentamentos de reforma agrária no Estado do Pará. Além disso, visa a desenvolver instrumentos econômicos de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável. O IPAM também contribui no escopo de implementação do programa no eixo de combate do desmatamento no Pará, fortalecendo a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e também de gestão ambiental.

Atividades: apoio a ações de combate ao desmatamento ilegal por meio do fortalecimento do PPCAD (Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal do Estado do Pará).

Destaques em 2013 e 2014:

O IPAM se tornou o responsável pela condução da pauta de análise e construção de alternativas ao desmatamento nos assentamentos de reforma agrária no estado do Pará. Foi criado um grupo de trabalho específico para assentamentos sob coordenação do IPAM (Portaria nº008/2013 – PMV, de 27 de junho de 2013). O programa ajudou a construção das bases para elaboração do novo PPCAD do Estado do Pará (2ª fase do plano, de 2015 a 2017) e começou o desenvolvimento da plataforma Indicar, como o sistema de indicadores de impacto oficial do PPCAD. Além disso, aumentou a articulação para inclusão do INCRA no Comitê Gestor do PMV. A parceria estratégica na construção da política do ICMS Verde no Estado do Pará se fortaleceu, com o IPAM contribuindo na avaliação e na revisão do PPCAD no estado.

Equipe: Ana Carolina Crisostomo, Ana Luisa Oliveira, Andrea Azevedo, Ane Alencar, Cássio Pereira, Osvaldo Stella e Rosana Costa.

Parcerias: Instituto do Homem e Meio da Amazônia (Imazon), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), The Nature Conservancy (TNC) e Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará,).

Financiadores: Gordon and Betty Moore Foundation, Climate and Land Use Alliance e Fundo Amazônia/BNDES.

FOTO: THIAGO FORESTI/IPAM

FORTALECIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE PARA O CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA E XINGU.

Regiões de atuação: municípios de Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

O que é: o projeto visa a contribuir para o cumprimento das políticas públicas e a gestão ambiental efetiva da Transamazônica e Xingu, por meio do fortalecimento das secretarias municipais de meio ambiente.

Atividades: as ações desta iniciativa foram voltadas à revisão dos planos diretores dos municípios; a implementação do Programa Municípios Verdes na Transamazônica e Xingu; a elaboração, avaliação e fortalecimento dos instrumentos necessários à descentralização da gestão ambiental dos municípios; à capacitação das equipes técnicas das secretarias municipais; elaboração de Cadastro Ambiental Rural das propriedades rurais dos municípios; e ao apoio no processo de elaboração de licenças ambientais rurais das propriedades rurais dos municípios.

Destaques em 2013 e 2014:

A equipe criou o grupo de trabalho municipal de combate ao desmatamento ilegal. Foram realizadas verificações em campo dos focos de desmatamento ilegal e repasse das informações ao Programa Municípios Verdes. Foram elaborados os Cadastros Ambiental Rural (CAR) e licenças de atividades rurais e urbanas.

Parcerias: Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Socioambiental (ISA), Governo do Estado do Pará, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e as prefeituras de Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá.

Financiador: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)

MONITORAMENTO DOS DESMATAMENTOS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Região de atuação: Amazônia Legal.

Atividades: analisar a dinâmica do desmatamento nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia, além de identificar os fatores sociais, ambientais e econômicos que, historicamente, têm determinado um maior ou menor grau de sucesso ambiental no processo de assentamento de clientes da reforma agrária na região.

Destaques em 2013 e 2014:

Coleta de dados nas superintendências, análises de dados, oficinas de apresentação dos resultados das análises de desmatamento para técnicos do Incra.

Equipe: Alcilene Cardoso, Andrea Azevedo, Ane Alencar, Cassio Pereira, Isabel Castro Silva, Jarlene Gomes, Renata Novaes e Rosana Costa.

Parceria: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Financiador: Ford Foundation.

INTENSIFICAÇÃO DA PECUÁRIA EM ESTADOS DA AMAZÔNIA

Região de atuação: Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará.

Atividades: criar uma plataforma de indicadores de impacto para auxiliar a compreensão da efetividade das Políticas de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) dos estados da Amazônia Legal relacionados à intensificação da pecuária.

Destaques em 2014:

A equipe ampliou os indicadores específicos a cada PPCD e aos cinco planos de trabalho. O IPAM construiu uma metodologia participativa para a elaboração dos indicadores e realizou oficinas de definição de indicadores de impacto para Acre, Amazonas e Mato Grosso.

Equipe: Andrea Azevedo, Cecília Simões, Marcelo Stabile e Tiago Reis.

Parcerias: Universidade Federal do Pará e Universidade Federal de Minas Gerais.

Financiadores: Climate and Land Use Alliance e Gordon e Betty Moore Foundation.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA

Região de atuação: Amazônia Legal.

O que é: o projeto é uma iniciativa desenvolvida pelo IPAM em parceria com os principais movimentos sociais ligados a reforma agrária da Amazônia e se propõe a contribuir para elaboração e acompanhamento de políticas públicas para a construção de assentamentos na região amazônica..

Atividades: fortalecer as organizações da agricultura familiar e das populações tradicionais no controle social e na formulação de políticas de assentamentos sustentáveis na Amazônia; apresentar propostas que visem a contribuir para a construção de políticas públicas de assentamentos sustentáveis na região amazônica; consolidar os fóruns de controle social do Programa Assentamentos Verdes (PAV); e construir uma proposta de Assentamentos Sustentáveis para a Amazônia que possa contribuir para destinação de recursos para o desenvolvimento de assentamentos nos Planos Plurianuais (PPAs) 2016/2019 dos governos estaduais e federal.

Destaques em 2013 e 2014:

A equipe deu assessoria para a rearticulação das organizações sociais relacionadas aos assentamentos de reforma agrária (Contag e Fetags da Amazônia, MST, Fetraf, CNS e GTA) com foco em assentamentos sustentáveis. A iniciativa também criou um fórum nacional e 11 fóruns regionais de assentamentos sustentáveis em todos os Estados da Amazônia, após reuniões, seminários nacionais e oficinas regionais com participação dos integrantes do Fórum Nacional de Controle Social do PAV e representação dos Fóruns Regionais da Amazônia (cerca de 300 lideranças e dirigentes nacionais da CONTAG, MST, FETRAF, CNS e GTA). A equipe elaborou documentos base e organizou 11 conferências regionais e uma conferência amazônica sobre assentamentos sustentáveis. Apoiamos o Incra para a elaboração de proposta a ser submetida ao Fundo Amazônia/BNDES para captação de recursos a serem utilizados na execução de ações estratégicas do Programa Assentamentos Verdes. Foram produzidas informações estratégicas e apropriação pelos movimentos sociais sobre a realidade socioeconômica, ambiental e dinâmica do desmatamento dos assentamentos da Amazônia.

Coordenação: Cássio Pereira. Equipe: Rosana Costa, Ana Luisa Oliveira, Jarlene Gomes, Edinusa Rodrigues, Isa Alencar e Rafael Carneiro.

Colaboradores: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) da Amazônia, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetaf), Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Parcerias: Movimentos sociais da reforma agrária na Amazônia.

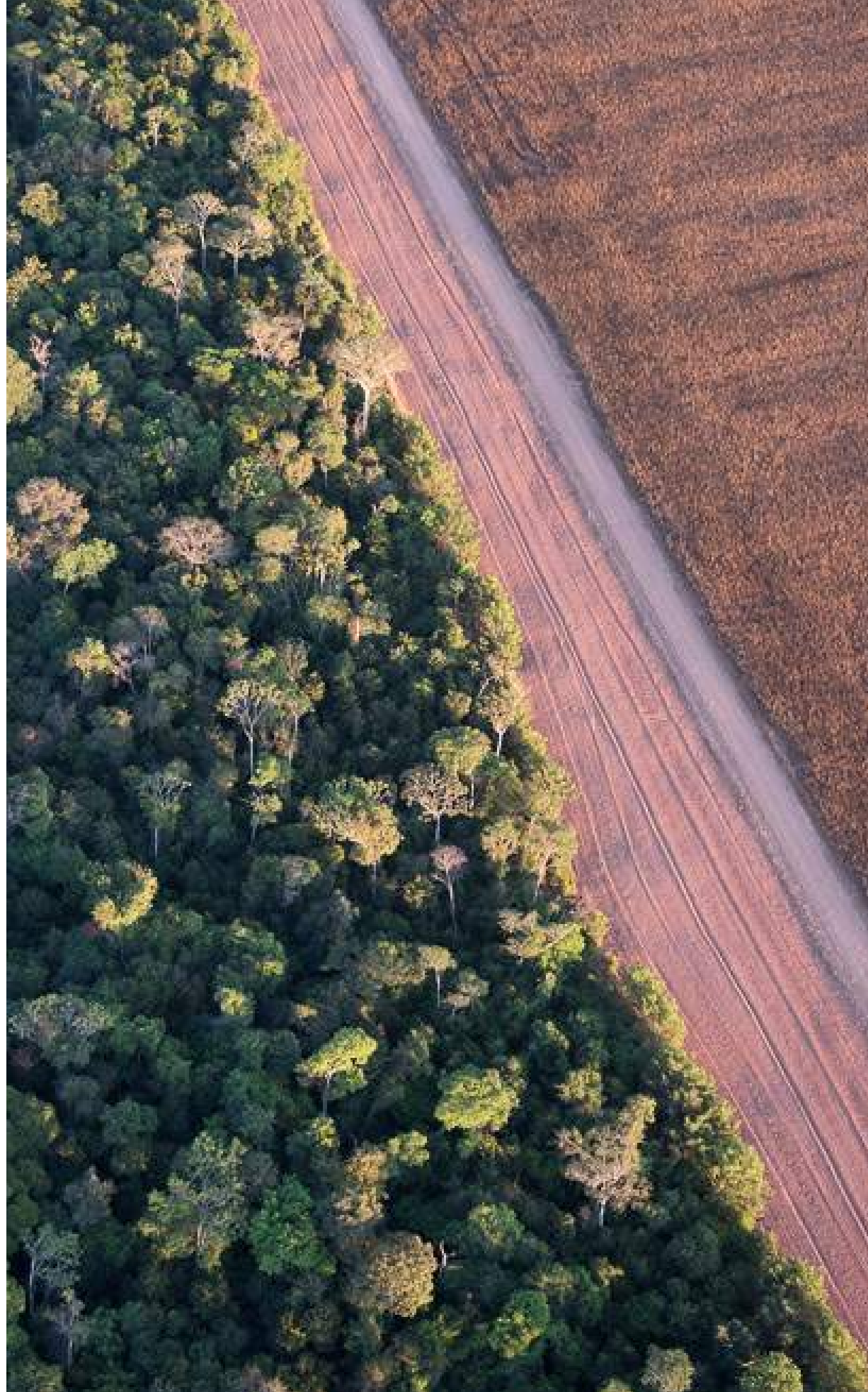


FOTO: CHRIS LINDER

EIXO ESTRATÉGICO

INCENTIVOS ECONÔMICOS

Os Incentivos Econômicos à Sustentabilidade surgem em um momento crucial para a política socioambiental, uma vez que eles podem ser alternativas utilizadas para aprimorar a gestão pública e conseguem mudar os comportamentos no financiamento das atividades sustentáveis. O IPAM acredita que somente de recursos não se faz política sustentável, é preciso saber como aplicá-los no desenvolvimento de uma economia sustentável na Amazônia. Durante 2013 e 2014 o IPAM trabalhou em importantes atividades estratégicas relacionadas aos incentivos financeiros voltados à sustentabilidade ambiental.

A visão futura deste eixo estratégico para 2024 é elaborar incentivos econômicos instituídos que apoiem o cumprimento da legislação ambiental e recompensem aqueles que empreendam esforços acima e além das exigências legais para a conservação da Amazônia.

As metas neste eixo estratégico estão intrinsicamente relacionadas a apoiar e analisar os mecanismos em vários estados brasileiros, com ênfase na Amazônia brasileira, que transfere recursos para os municípios proporcionalmente ao desempenho conforme critérios ambientais. Parte deste escopo está no incentivo da implementação do ICMS Verde em mais outros estados da Amazônia, além do Pará. Para estimular o desenvolvimento econômico o IPAM também continuará atuando no repasse de informações sobre critérios e exigências às empresas privadas das cadeias de soja e carne, como para os estabelecimentos rurais privados. As ações que compõem este eixo focam igualmente em fortalecer e implementar metade dos estados da Amazônia com programas de estímulos à gestão socioambiental e em projetos de assentamento de reforma agrária.

As iniciativas trabalhadas em 2013 e 2014 dentro deste eixo estratégico foram:

FOREST FINANCE FARMS INITIATIVE (FFF)

Regiões de atuação: Brasil (Acre e Mato Grosso), América Latina e Ásia.

O que é: uma iniciativa para estimular a redução do desmatamento, aumentar a produtividade melhorando as condições sociais e econômicas das fazendas e florestas, compensar atores por suas atividades sustentáveis e potencializar essa transição.

Atividades:

Acre: aumento da proposta de REDD e o subprograma de pecuária ligado ao sistema de REDD no estado.

Mato Grosso: fortalecimento do sistema de REDD da nova legislação no estado aprovada em 2013, criação de um espaço para o sistema de pecuária e facilitação do cumprimento da legislação ambiental.

Destaques em 2013 e 2014:

Acre: em 2014 ocorreu a parceria com o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), SEMA e Cia de Desenvolvimento Serviços Ambientais para fortalecer o sistema de REDD no estado. Foi criado um grupo de trabalho para identificar os sistemas de produção da pecuária e os níveis tecnológicos com todas as esferas (privado, pública e especialistas em pecuária) e consequentemente foram estabelecidos as bases e critérios para o subproduto da pecuária. Isso possibilitou a realização de um workshop de pecuária para compilar as diretrizes do subprograma da pecuária. A equipe recebeu o apoio das duas instituições, IMC e CDSA, no desenvolvimento da iniciativa e uma reunião com os atores do estado na parte de finanças.

Mato Grosso: a iniciativa conseguiu apoio do estado a implementar a Lei de REDD com consultorias técnicas e jurídicas, e dar capacitações para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-MT) para entender o Código Florestal. A equipe conseguiu se aproximar da Associação de Criadores do MT (ACRIMAT) para mostrar os resultados do Acre e viabilizar a reaplicação no estado. O IPAM visitou Paranatinga e realizou entrevistas resultando no diagnóstico sobre a situação da cidade. A equipe criou um modelo de intensificação da pecuária relacionado aos sistemas produtivos do estado, os custos da produção e os níveis tecnológicos.

Equipe: Andrea Azevedo, Marcelo Stabile, Edinusa Rodrigues e Cecília Simões.

Financiadores: NORAD e Earth Innovation Institute.

MECANISMOS FINANCEIROS PARA DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXAS EMISSÕES - DBE (UNLOCKING FOREST FINANCE-UFF)

Regiões de atuação: Mato Grosso, Acre e Peru.

O que é: uma iniciativa liderada pelo Global Canel Program que visa à transição de um desenvolvimento rural mais sustentável, produtivo e com menos impactos social, econômico e ambiental. O IPAM desenvolve mecanismos inovadores de financiamento para promover uma transição para um cenário de desenvolvimento sustentável, reduzindo a pressão sobre florestas, promovendo melhorias nas cadeias produtivas e estimulando atividades de conservação e meios de vida sustentáveis nas regiões de estudo.

Atividades: identificar as atividades de interesse do setor público e privado que poderiam mudar para alguma atividade mais sustentável e o quantificar os custos e benefícios sociais e econômicos.

Destaques em 2013 e 2014:

O IPAM foi convidado pela CEDISA a compartilhar experiências e aprendizados do UFF em Mato Grosso com os parceiros locais no Peru. A equipe realizou um workshop para alinhamento/ validação dos cenários de transição e para apresentar a primeira compilação do projeto para os atores. A iniciativa envolveu a participação de cerca de 70 pessoas de 30 instituições diferentes para coletar os dados para a pesquisa. O IPAM está se tornando o interlocutor entre as parcerias e atingindo públicos inicialmente inacessíveis.

Equipe: Andrea Azevedo, Marcelo Stabile, Ricardo Woldmar, Edinusa Rodrigues e Cecília Simões.

Colaboradores: ARCA Multincubadora, ECO2 Ambiental, Ludovino Lopes Advogados, Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Roberta Giudice (BV Rio), Elaine Corsini (SEMA-MT), Luis Cardoso (SEMA-Pará), Maria de Jesus (SEMA-Pará), Felipe Dias (Universidade Estadual Mato Grosso do Sul).

Parcerias: Secretaria Estadual de Meio Ambiente- SEMA.

Financiadores: Ministério de Meio Ambiente Alemão via Global Canel Program (GCP).

INTERING FOREST FINANCE (IFF)

Regiões de atuação: Brasil e Indonésia.

O que é: a iniciativa busca para gerar demanda por crédito de REDD em um período interino entre 2015 a 2020. Visa também a utilizar as emissões evitáveis dos estados amazônicos para criar um mercado interno com as regiões industrializadas do Sudeste, criando assim um mercado de troca.

Atividades: fazer o processo de adaptação das indústrias para atraí-las na compra dos créditos de REDD, assim como inverter o sistema de compensação para a compra de créditos de REDD e adequar o mercado até 2020.

Destaques em 2013 e 2014:

A equipe desta iniciativa realizou cerca de 20 entrevistas com público dos setores privado e público. O resultado destas entrevistas gerou conteúdo suficiente para a elaboração de um documento com as necessidades do financiamento interno e na produção do estudo de caso sobre a situação no Brasil. A iniciativa foi apresentada, em 2014, com grande sucesso na 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20) em Lima, Peru, e na reunião de planejamento do Observatório do Código Florestal. No final do ano foi publicado o relatório final das atividades da iniciativa.

Equipe: Andrea Azevedo, Marcelo Stabile, Osvaldo Stella e Paulo Moutinho

Consultoria: Biofílica

Parcerias: Global Canel Program (GCP), Intering Forest Finance (FFI) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Financiador: NORAD.

FOTO: NA LATA



ANÁLISE SOBRE O IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) VERDE

Região de atuação: Pará.

Atividades: criação de mecanismos financeiros que remunerem a conservação de florestas de uma maneira permanente, por meio de um sistema absorvido e implementado pelo estado, que ajude na implementação do Programa Municípios Verdes, do estado do Pará.

Destaques em 2013 e 2014:

O IPAM ajudou na formatação da lei introduzindo o pagamento por desempenho na questão de conservação de florestas e redução do desmatamento ao incluir mecanismos de pagamentos por performance: aqueles que têm a maior taxa na redução do desmatamento e uma maior área sob proteção florestal recebem uma maior parcela.

Equipe: Andrea Azevedo, André Lima e Paulo Moutinho.

Financiador: Climate and Land Use Alliance.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Região de atuação: Amazônia Legal.

Atividades: criação de mecanismos tributários de isenção ou de cobrança para reorientar práticas que resultem na conservação, ou evitem a destruição florestal na Amazônia, além de promover o desenvolvimento sustentável na região.

Destaques em 2013 e 2014:

Foi conduzida uma pesquisa sobre dois mecanismos: um ligado ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o outro à recuperação florestal, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE Carbono).

Equipe: André Lima, Paulo Moutinho e Raissa Guerra.

Consultoria: Bernardo Appy, da Soluções Estratégicas em Economia (LCA).

Financiador: Climate and Land Use Alliance

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA PROTEÇÃO FLORESTAL NA AMAZÔNIA

Região de atuação: Amazônia Legal.

O que é: o objetivo desta pesquisa é encontrar mecanismos financeiros existentes e fazer adaptações para que eles tenham critérios ambientais embutidos para a distribuição de recursos.

Destaques em 2013 e 2014:

Foi feito um levantamento com base em dois fundos que já existem, previstos pela Constituição, que recebem recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e que distribui nos estados cerca de R\$ 60 bilhões por ano. A pesquisa avalia se é possível redistribuir 2% desta arrecadação para os estados, segundo um critério que seja ambiental e de preservação de floresta.

Equipe: André Lima, Paulo Moutinho e Raissa Guerra.

Financiador: Gordon and Betty Moore Foundation.

PEGADA TRIBUTÁRIA VERDE

Região de atuação: Amazônia Legal .

Atividades: estimular o debate científico para a importância de criação de mecanismos econômicos que estimulem as atividades sustentáveis na região amazônica e desenho de legislação apropriada, como também promover a redução de impostos e a criação de incentivos econômicos, em especial nos setores de gado e madeira.

Destaques em 2013 e 2014:

Durantes os dois últimos anos foram realizadas audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado Federal (junho e outubro de 2014). Isso resultou na elaboração dos relatórios científicos (FPE Verde e FPM Verde), na publicação do livro: Política Tributária Brasileira e sua “Pegada” Climática: por uma transição rumo à sustentabilidade e na elaboração do relatório de trabalho “Política Tributária e Sustentabilidade Socioambiental”.

Equipe: Paulo Moutinho e Raissa Guerra.

Consultor: André Lima

Parceria: Instituto Ethos

Financiador: Climate and Land Use Alliance.

FOTO: ADRIANA BITTAR/IPAM

AVANÇOS INSTITUCIONAIS

COMUNICAÇÃO

Regiões de atuação: território brasileiro

Equipe: Marcela Bandeira, Juliana Pinto (a partir de setembro de 2014), Rodrigo Zanella (a partir de julho de 2014) e Raquel Dieguez (2013 até julho de 2014).

O que é: área dedicada à comunicação institucional com o público interno e externo, parceiros e financiadores. Cria, mantém e continuamente aprimora o website, dando atenção à diversidade de temas abordados pela instituição e interação com o público. Produz e divulga conteúdo para a mídia especializada. Atende às demandas da imprensa, orienta, encaminha e propõe pautas de interesse do IPAM. Produz e distribui a newsletter mensal *Clima e Floresta*. Ademais, a equipe é responsável pelo desenvolvimento e uso da marca IPAM, além da realização de projetos gráficos para eventos, publicações e promoção institucional.

Objetivo geral:

A COMUNICAÇÃO DO IPAM TEM COMO OBJETIVO PRINCIPAL DISSEMINAR E DIVULGAR A EXCELÊNCIA DAS PESQUISAS DO INSTITUTO, PORÉM TAMBÉM PRIMA PARA QUE A EQUIPE INTERNA SE COMUNIQUE COM EFICÁCIA.

Destaques:

A visibilidade do IPAM na mídia cresce a cada ano. Em 2013 o Prêmio Chico Mendes foi para o IPAM como uma instituição que contribui com o desenvolvimento sustentável no Estado do Acre. No ano seguinte o instituto entra com o diretor executivo, Paulo Moutinho, como finalista do Prêmio Empreendedor Social da Folha de S. Paulo. A repercussão do trabalho do IPAM também foi destaque internacionalmente na edição especial da Philosophical Transactions of the Royal Society em 2013, no cenário das mudanças climáticas no ranking do *International Center for Climate Governance* (ICCG) de 2013, ocupando o 9º lugar no ranking global e na revista Science com o estudo que avalia o impacto do novo Código Florestal brasileiro em 2014. Outro grande passo na apresentação dos trabalhos do IPAM foi a criação da publicação Amazônia em Pauta, lançada trimestralmente, já na sua 5ª edição, onde aborda as pesquisas produzidas no instituto, bem como por seus pesquisadores associados sobre temas relacionados ao desenvolvimento e sustentabilidade da Amazônia brasileira. Para fechar o ano das eleições presidenciais, o IPAM lança duas cartas com recomendações aos candidatos: uma sobre agricultura de baixo carbono e outra sobre a pauta ligada à região amazônica e, em particular, à questão indígena.

Destaques 2013 e 2014:

- ganhador do Prêmio Chico Mendes, em 2013
- finalista do Prêmio Empreendedor Social Folha de São Paulo
- 29.500 de visitas mensais, em média, no site
- 12.400 curtidas no Facebook
- 14.700 seguidores no Twitter
- 17 edições da revista Clima e Floresta
- 58 publicações e artigos
- 342 notícias exclusivas no site
- 85 notícias sobre o IPAM na mídia
- 45 vídeos realizados
- criação do Instagram do IPAM



FOTO: NA LATA



FOTO: ADRIANA BITTAR/IPAM

AVANÇOS INSTITUCIONAIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

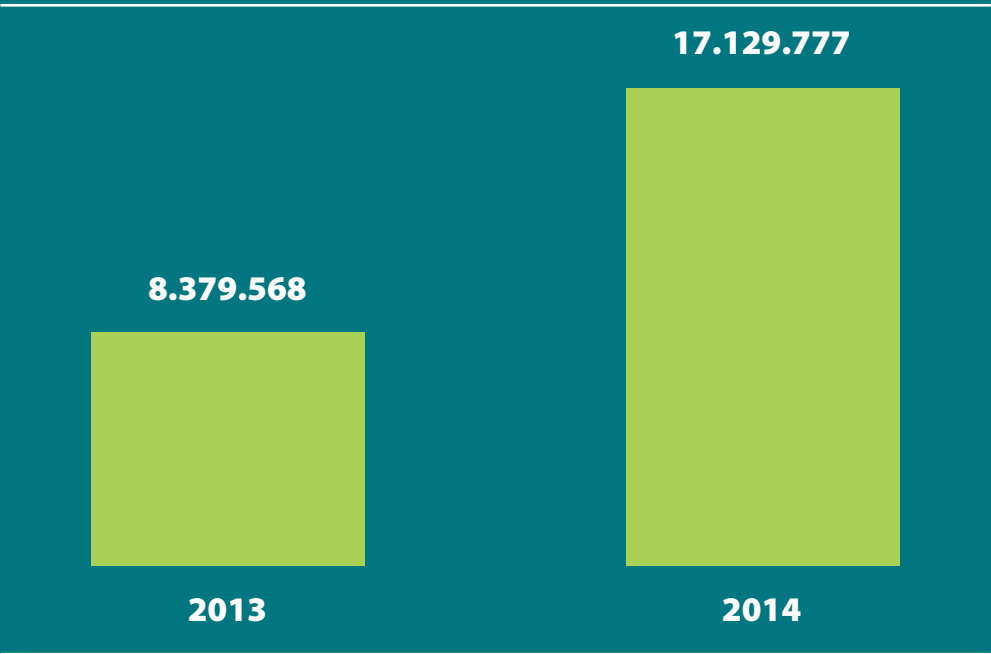
Em 2014, o IPAM apresentou equilíbrio entre receitas e despesas administrativas, apresentando um superávit de R\$ 267.779. No exercício de 2014, obtivemos aumento de 30% nas fontes de receitas em comparação ao exercício anterior – este aumento foi fruto de negociações de novos financiamentos, principalmente pela média de taxas de overhead mais elevada. Por outro lado, houve aumento proporcional de 30% nas despesas em comparação ao ano anterior. Parte do aumento refere-se a inflação do período de 6,41%, ao investimento em ações de fundraising e à implantação do Plano de Cargos Carreiras Remuneração (“PCCR”). Este último trouxe equanimidade entre responsabilidades e equiparação por meio de pesquisa de mercado.

Entre os principais financiadores de 2014 destacamos:

FUNDO AMAZÔNIA/BNDES
GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION
INCRA
CLIMATEWORKS FOUNDATION
FUNDAÇÃO FORD

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em 2014, o IPAM captou R\$ 17,1 milhões de reais em novos contratos, um aumento de mais de 100% comparado a 2013.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em reais

ATIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de Caixa	7.461.252	11.871.970
Contratos a receber	1.018.745	749.094
Adiantamentos concedidos	86.283	72.913
Outros créditos	4.383	3.365
	8.570.663	12.697.341
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Títulos de capitalização/ cauções	25.656	25.460
	25.656	25.460
Imobilizado	260.270	250.128
Intangível	-	-
TOTAL DO ATIVO	8.856.589	12.972.929
PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL		
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.031.371	979.047
Obrigações Físicas e Tributárias	95.833	89.873
Valores a pagar para projetos	18.348	17.674
Obrigações com fornecedores	389.748	98.293
Outras obrigações a pagar	160	153.628
Contratos a executar	6.831.629	11.454.270
	8.367.089	12.792.785
NÃO CIRCULANTE		
Outras obrigações a pagar	41.577	-
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Patrimônio social	180.144	(18.845)
Superávit acumulado	267.779	190.989
	447.923	180.144
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL	8.856.589	12.972.929

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	2.475.123	1.886.748
Taxa de administração/agências financiadoras	1.106.161	976.165
Rateio de custos coletivos	1.262.367	854.186
Receitas com prestação de serviços (estudos e pesquisas)	-	1.500
Doações	44.470	29.404
Outras receitas operacionais	62.125	25.493
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.158.352)	(1.648.851)
Salários e encargos sociais	(1.573.057)	(1.142.412)
Consultorias e serviços	(125.516)	(129.947)
Despesas com viagens	(43.631)	(30.877)
Despesas com utilidades e serviços	(144.166)	(130.210)
Depreciação e amortização	(55.772)	(40.789)
Despesas gerais	(205.900)	(162.538)
Impostos e taxas	(197)	(1.604)
Outras despesas operacionais	(10.113)	(10.474)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	(83.960)	(53.951)
Perdas e danos	(46.383)	(37.801)
Ganho com baixa de bens do ativo permanente	4.000	10.200
Previsão para encerramento de projetos	(41.577)	(26.350)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	232.811	183.946
RESULTADO FINANCEIRO	34.968	7.043
Receitas financeiras	78.086	72.723
Despesas financeiras	(43.118)	(65.680)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	267.779	190.989

FOTO: ADRIANA BITTAR/IPAM



